

# Sarney fala duro contra nova Carta

Presidente condena a "falta de unidade" e o "casuismo" do projeto

"Falta de unidade" e "casuismo" foram alguns dos termos usados pelo presidente José Sarney, ontem, para criticar a Constituinte que, na sua opinião, "em alguns pontos foi muito mais voltada para o passado do que para o presente e também para o futuro".

Constituiu o roteiro das críticas do Presidente alguns "excessos de detalhamento" de direitos e de relações de trabalho que, segundo ele, "são alterados com o tempo e no entanto foram elevados a artigos da Constituição". As críticas provocaram respostas do deputado Ulysses Guimarães e de Sarney à reação do presidente da Constituinte.

O caso da jornada máxima de trabalho, foi um exemplo dado por Sarney, em seu programa semanal "Conversa ao pé do rádio", de temas que deviam constar das leis ordinárias mas que, "injustificadamente, entraram no corpo constitucional". Na sua opinião, "esse assunto é de competência dos sindicatos, nos acordos coletivos".

Ainda sobre o caso da jornada máxima de seis horas nos turnos ininterruptos, o presidente afirmou que "há previsão, por exemplo, de que com esse



Sarney

dispositivo, teremos dificuldades para colocação dos nossos produtos siderúrgicos, que perdem competitividade no setor internacional e aumenta o preço das mercadorias que necessitam de produtos siderúrgicos no setor interno".

Sarney condenou a decisão dos constituintes de equiparar os direitos do trabalhador avulso aos do trabalhador permanente, argumentando que "isto vai impedir que milhões de pessoas que hoje ganham a

vida prestando serviço avulso, como as taxineiras, por exemplo, continuem trabalhando e que ganhem pelos dias em que trabalham". Esta é, em princípio, na aparência uma boa ideia, mas no fundo é um fato ruim, como declarou.

Depois de criticar esses pontos, que considerou como "imprevistos", passou ao ataque de coisas "mais graves" citando como exemplo os artigos que, disse, "implicarão em distribuição de favores para alguns que custarão, pelos cálculos mais baixos, uma cifra superior a um trilhão de cruzados. E quem paga esse dinheiro? O povo brasileiro".

Entre esses "favores" Sarney citou o caso da anistia aos pequenos empresários e agricultores. Ele afirmou que isto representará um prejuízo de 377 bilhões de cruzados, dos quais 80 por cento dos bancos oficiais. "É simpático anistiar devedores em dificuldades, mas o povo brasileiro sabe que quem paga a conta é ele. Ele é que vai pagar a dívida de uns poucos. E é muito fácil atirar com pólvora alheia, como diz o ditado popular", lembrou o Presidente.

## O QUE DISSE O PRESIDENTE

Aqui vos fala mais uma vez o presidente José Sarney, na nossa habitual Conversa ao Pé do Rádio das sexta-feiras. Hoje, 15 de julho de 1988. Como venho fazendo desde o inicio dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, quero fazer algumas observações sobre o segundo turno das votações previstas para dentro de dez dias. Todos sabem, mas é sempre bom insistir, considero a nova Constituição uma necessidade dos novos tempos do País. Ela é indispensável para a fase democrática que está sendo implantada no Brasil.

Há três anos, desde que cheguei à Presidência, o povo vive um clima de liberdade e respeito à lei, um clima tão avançado como desfrutado pelos povos mais civilizados do mundo. Esta situação atual, porém, é um esforço de transição. Com a Constituição e depois de aprovadas as leis complementares, termina este período e entraremos efetivamente numa nova ordem jurídica permanente. Por isso é importante que a nova Constituição seja um trabalho definitivo, bem pensado, bem redigido, moderno, com um mínimo de erros, sem fantasias ou ilusões, por mais generosas que sejam essas ilusões e essas fantasias.

Depois de dezoito meses de trabalho e de muita polêmica, a nova Constituição está quase pronta. O projeto contém avanços na área social. Aumenta o elenco dos direitos fundamentais individuais. A nova Constituição torna realidade um velho sonho da democracia brasileira; torna o Congresso mais forte, dá aos nossos parlamentares meios eficazes de exercer seu poder de fiscalização, mas, não podemos dizer que a Constituição tenha uma unidade. Em alguns pontos ela foi muito mais voltada para o passado do que para o presente e também para o futuro. Em alguns casos, ela foi casuística.

Quero citar, por exemplo, alguns excessos do detalhamento de direitos e de relações de trabalho que são alterados com o tempo e que, no entanto, foram elevados a artigos da Constituição. Coisas que devem constar das leis ordinárias entraram injustificadamente no corpo constitucional. Para dar exemplo, o caso da jornada máxima de trabalho, que val desorganizar alguns setores industriais. Este assunto do número de horas de trabalho é de competência dos sindicatos nos acordos coletivos. A empresa que pode reduzir, reduz, a que tiver de aumentar, no interesse da empresa e dos trabalhadores, aumenta. Depende de negociação. Há previsão, por exemplo, de que, com esse dispositivo, teremos dificuldades para colocação dos nossos produtos siderúrgicos, que perdem competitividade no setor internacional e aumenta o preço das mercadorias que necessitam de produtos siderúrgicos no setor interno.

Pode citar-se também a equiparação dos direitos do trabalhador avulso aos do trabalhador permanente. Isto vai impedir que milhões de pessoas que hoje ganham sua vida prestando serviço avulso, como as taxineiras, por exemplo, continuem trabalhando e que ganhem pelas vezes ou dias em que trabalhar. E, em princípio, em aparência, uma ideia boa, mas no fundo é um fato ruim. Desse imprevistos, po-

rem, saltamos para coisas mais graves, como uma série de artigos que implicam em distribuição de favores para alguns e que custarão, pelos cálculos mais baixos, mais de um trilhão de cruzados.

E quem paga esse dinheiro? O povo brasileiro. Só a anistia aos pequenos empresários e agricultores representará um prejuízo de trezentos e setenta e sete bilhões de cruzados, dos quais oitenta por cento dos bancos oficiais. É simpático anistiar devedores em dificuldades, mas o povo brasileiro sabe que quem paga a conta é ele. Ele é que vai pagar a dívida de uns poucos. E é muito fácil atirar com pólvora alheia, como diz o ditado popular.

Uma série de três artigos nas disposições transitórias promovem a volta ao serviço público de funcionários demitidos, conseguindo estabilidade aos cinco anos e garantir aposentadoria pelo pico de salários que um dia eventualmente qualquer funcionário tenha alcançado. Fala mesmo que a aposentadoria deve ser pela lei vigente à época de sua admissão ao serviço. Esses benefícios alcançarão os servidores federais, estaduais e municipais e demandarão uma despesa tão alta que, neste momento, é impossível de se avaliar. Para dar um exemplo, só nas Forças Armadas teremos promoção a marechal de muitos e muitos militares. Sem falar em servidores civis da hierarquia.

Eu acredito, sinceramente, no patriotismo e boa vontade da Constituinte, que deve corrigir esses dispositivos. Deve ter como objetivo principal o bem comum, o bem público, o interesse coletivo e fugir à pressão de grupos para que não caia em casuismo desse natureza.

Outra ideia boa de consequências danosas, é o dispositivo que exige ordem judicial para prisões. Eu já tive oportunidade de falar neste assunto nesse programa. O desejo que teve o Constituinte que apresentou este dispositivo foi de evitar que o cidadão seja vítima de arbitrio. Mas, em vez disto, o que ele fez foi facilitar a fuga dos bandidos e viabilizar, por exemplo, os instrumentos disciplinares internos das Forças Armadas como a prisão disciplinar imposta pelos superiores nos quartéis e navios de guerra. Nós que estamos tão envolvidos no País inteiro pela violência, com esse dispositivo ficaremos mais tolhidos para combater a violência e nada mais aspira o povo hoje em dia do que tranquilidade e segurança. Também esse dispositivo impedirá as prisões administrativas que podem ser determinadas pelos ministros de Estado, prejudicando, portanto, o combate à corrupção. Prejudicará o ministro da Justiça a decretar a prisão de estrangeiros que estão irregularmente no País. Esse artigo, portanto, no lugar de proteger o cidadão, vai comprometer os instrumentos de defesa da própria sociedade contra a delinqüência e a contravenção.

Quero também comunicar que a política fiscal está sendo executada firmemente. Recebi ontem do ministro da Fazenda a informação de que o déficit público neste ano — até o mês de maio, são os dados que temos disponíveis —, foi de 0,85 por cento, assegurando o cumprimento da meta de 4 por cento, folgadamente até o fim do ano. Temos agido com mão-de-ferro. O resultado virá.

Ao passado, nesse mesmo período nós tinhemos tido um déficit de 1,85 por cento. Os choques, do milho, da soja, do feijão e outros, e a alta verificada no setor internacional por causa da seca nos Estados Unidos. Nada que diga respeito à nossa política econômica; isto é, nenhum perigo de hiperinflação ou inflação descontrolada como sempre desejaram os especuladores e os anunciantes do caos.

Quero mais uma vez despedir-me das brasileiras e brasileiros, reafirmando a nossa crença no nosso grande País, no nosso grande povo, que tem sempre, para cada fato negativo, muitos fatores positivos, não alimentando nossas esperanças, mas confirmando as esperanças e confirmado as certezas.

Bom dia, muito obrigado e até a próxima sexta-feira.

JULIO ALCANTARA



Ulysses responde a Sarney entre os relatores Fogaça, Konder, Afonso e Cabral

## Ulysses não esconde a irritação com críticas

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, demonstrou irritação ontem ao comentar as críticas feitas pelo presidente Sarney ao projeto constitucional, durante o programa "Conversa ao pé do rádio". Para Ulysses, só a reforma tributária que está sendo feita já é um "trabalho extraordinário que irá mudar a qualidade de vida das populações que estão nos municípios, e não aqui no Distrito Federal, muito menos estão no Palácio do Planalto, e muito menos na sala do Presidente, e muito menos na mesa que era de Getúlio Vargas".

Segundo Ulysses, a Constituição irá estabelecer condições de governabilidade ao País — coisa que nenhuma Carta anterior foi capaz de fazer, disse. O principal foco de sua defesa ao novo texto esteve concentrado na transferência da responsabilidade da União para os Estados e municípios na arrecadação e aplicação de grande parte dos impostos. De acordo com Ulysses, se a Constituinte tivesse feito só isso já seria "excelente". Acrescentou que "isso estamos fazendo" e, ainda, "como dizia o Virgílio Távora, p. saudações. Essas saudações eu mando para várias pessoas".

Uma das certamente é o presidente Sarney. Além da desconcentração administrativa que irá evitar, por exemplo, que prefeitos venham a Brasília pedir ambulância — como citou Ulysses, o presidente do PMDB listou alguns avanços obtidos na área social. Durante a entrevista frisou que "o Governo precisa estar onde está o homem e não é o homem que precisa correr atrás do Governo". Segundo Ulysses, as críticas aos trabalhos constitucionais são bem-vindas, mas ressaltou que elas não podem ser feitas como se o texto fosse o definitivo.

### LACUNAS

As lacunas existentes no projeto foram reconhecidas pelo deputado que reafirmou serem as "correções" necessárias. Ontem o relator Bernardo Cabral, reafirmou, uma vez mais, que seu critério de avaliação das emendas obedece dois pontos fundamentais — as fusões votadas e os acordos de lideranças serão sempre respeitados.

### Presidente lamenta reação

"Lamento que o Dr. Ulysses Guimarães, por quem tenho grande estima, respeito e consideração, tenha sido vítima de uma cilada". Esta foi a reação do presidente José Sarney, ao ficar sabendo dos termos da entrevista do deputado Ulysses Guimarães, em que critica a interferência de Sarney nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

A informação foi passada pelo secretário de Imprensa da Presidência da República, jornalista Ricardo Pedreira, por volta das 21 horas, depois de uma curta reunião com o ministro-chefe do Gabinete da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, supervisor do sistema de comunicação do governo.

ma de comunicação do governo.

Ele não viu minha entrevista à TV e nem ouviu a minha Conversa ao Pé do Rádio. Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição — disse o presidente Sarney, para justificar o seu pronunciamento feito pela manhã, no programa semanal, que é transmitido por rádio e televisão.

Naquela noite, o presidente Sarney, para justificar o seu pronunciamento feito pela manhã, no programa semanal, que é transmitido por rádio e televisão.

Ele não viu minha entrevista à TV e nem ouviu a minha Conversa ao Pé do Rádio. Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição — disse o presidente Sarney, para justificar o seu pronunciamento feito pela manhã, no programa semanal, que é transmitido por rádio e televisão.

Ele não viu minha entrevista à TV e nem ouviu a minha Conversa ao Pé do Rádio. Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição — disse o presidente Sarney, para justificar o seu pronunciamento feito pela manhã, no programa semanal, que é transmitido por rádio e televisão.

Ele não viu minha entrevista à TV e nem ouviu a minha Conversa ao Pé do Rádio. Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição — disse o presidente Sarney, para justificar o seu pronunciamento feito pela manhã, no programa semanal, que é transmitido por rádio e televisão.

Ele não viu minha entrevista à TV e nem ouviu a minha Conversa ao Pé do Rádio. Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição — disse o presidente Sarney, para justificar o seu pronunciamento feito pela manhã, no programa semanal, que é transmitido por rádio e televisão.

Ele não viu minha entrevista à TV e nem ouviu a minha Conversa ao Pé do Rádio. Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição — disse o presidente Sarney, para justificar o seu pronunciamento feito pela manhã, no programa semanal, que é transmitido por rádio e televisão.

Ele não viu minha entrevista à TV e nem ouviu a minha Conversa ao Pé do Rádio. Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição — disse o presidente Sarney, para justificar o seu pronunciamento feito pela manhã, no programa semanal, que é transmitido por rádio e televisão.

Ele não viu minha entrevista à TV e nem ouviu a minha Conversa ao Pé do Rádio. Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição — disse o presidente Sarney, para justificar o seu pronunciamento feito pela manhã, no programa semanal, que é transmitido por rádio e televisão.

Ele não viu minha entrevista à TV e nem ouviu a minha Conversa ao Pé do Rádio. Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição — disse o presidente Sarney, para justificar o seu pronunciamento feito pela manhã, no programa semanal, que é transmitido por rádio e televisão.

Ele não viu minha entrevista à TV e nem ouviu a minha Conversa ao Pé do Rádio. Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição — disse o presidente Sarney, para justificar o seu pronunciamento feito pela manhã, no programa semanal, que é transmitido por rádio e televisão.

Ele não viu minha entrevista à TV e nem ouviu a minha Conversa ao Pé do Rádio. Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição — disse o presidente Sarney, para justificar o seu pronunciamento feito pela manhã, no programa semanal, que é transmitido por rádio e televisão.

Ele não viu minha entrevista à TV e nem ouviu a minha Conversa ao Pé do Rádio. Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição — disse o presidente Sarney, para justificar o seu pronunciamento feito pela manhã, no programa semanal, que é transmitido por rádio e televisão.

Ele não viu minha entrevista à TV e nem ouviu a minha Conversa ao Pé do Rádio. Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição — disse o presidente Sarney, para justificar o seu pronunciamento feito pela manhã, no programa semanal, que é transmitido por rádio e televisão.

Ele não viu minha entrevista à TV e nem ouviu a minha Conversa ao Pé do Rádio. Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição — disse o presidente Sarney, para justificar o seu pronunciamento feito pela manhã, no programa semanal, que é transmitido por rádio e televisão.

Ele não viu minha entrevista à TV e nem ouviu a minha Conversa ao Pé do Rádio. Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição — disse o presidente Sarney, para justificar o seu pronunciamento feito pela manhã, no programa semanal, que é transmitido por rádio e televisão.

Ele não viu minha entrevista à TV e nem ouviu a minha Conversa ao Pé do Rádio. Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição — disse o presidente Sarney, para justificar o seu pronunciamento feito pela manhã, no programa semanal, que é transmitido por rádio e televisão.

Ele não viu minha entrevista à TV e nem ouviu a minha Conversa ao Pé do Rádio. Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição — disse o presidente Sarney, para justificar o seu pronunciamento feito pela manhã, no programa semanal, que é transmitido por rádio e televisão.

Ele não viu minha entrevista à TV e nem ouviu a minha Conversa ao Pé do Rádio. Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição — disse o presidente Sarney, para justificar o seu pronunciamento feito pela manhã, no programa semanal, que é transmitido por rádio e televisão.

Ele não viu minha entrevista à TV e nem ouviu a minha Conversa ao Pé do Rádio. Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição — disse o presidente Sarney, para justificar o seu pronunciamento feito pela manhã, no programa semanal, que é transmitido por rádio e televisão.

Ele não viu minha entrevista à TV e nem ouviu a minha Conversa ao Pé do Rádio. Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição — disse o presidente Sarney, para justificar o seu pronunciamento feito pela manhã, no programa semanal, que é transmitido por rádio e televisão.

Ele não viu minha entrevista à TV e nem ouviu a minha Conversa ao Pé do Rádio. Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição — disse o presidente Sarney, para justificar o seu pronunciamento feito pela manhã, no programa semanal, que é transmitido por rádio e televisão.

Ele não viu minha entrevista à TV e nem ouviu a minha Conversa ao Pé do Rádio. Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição — disse o presidente Sarney, para justificar o seu pronunciamento feito pela manhã, no programa semanal, que é transmitido por rádio e televisão.

Ele não viu minha entrevista à TV e nem ouviu a minha Conversa ao Pé do Rádio. Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição — disse o presidente Sarney, para justificar o seu pronunciamento feito pela manhã, no programa semanal, que é transmitido por rádio e televisão.

Ele não viu minha entrevista à TV e nem ouviu a minha Conversa ao Pé do Rádio. Fiz uma avaliação construtiva, o que é meu dever como presidente da República, responsável pelo cumprimento da Constituição — disse o presidente Sarney, para justificar o seu pronunciamento feito pela manhã, no programa sem